



[Handwritten signature]

Ata de Assembleia de Freguesia

Reunião Ordinária

Número 4

Ano 2023

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da Junta de Freguesia de Febres, sob a presidência da Presidente da Assembleia, Aldina Duarte, no Salão Nobre da Junta de Freguesia.....

Antes da ordem do dia:-----

Procedeu-se à análise, discussão e votação da ata referente à Assembleia transata de setembro 2023 (ata 3), a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Ordem do dia:-----

1. Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia; -----
2. Apreciação, discussão e votação da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia - Requalificação Urbana 2024; -----
3. Apreciação, discussão e votação da minuta de acordo com a Freguesia para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes 2024; -----
4. Apreciação discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Febres para o ano de 2024; -----
5. Apreciação discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024; -----
6. Outros assuntos de interesse para a Freguesia. -----

A reunião prosseguiu tendo em vista dar cumprimento à ordem de trabalhos estabelecida na respectiva convocatória. Posto isto, a **Presidente da Assembleia**, no cumprimento do **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, passou a palavra à Sr^a Presidente da Junta.-----

A Sr^a Presidente da Junta iniciou a sua intervenção referindo de todas as atividades desenvolvidas:

- **Obras, Infra Estruturas e Intervenções, em parceria com a CMC:**-----
 - foram adjudicados os serviços de entidade externa para lançamento da empreitada de cobertura do Museu do Ouro e da Relojoaria;-----
 - visita dos técnicos da CMC para análise de várias situações relacionadas com a segurança rodoviária;-----

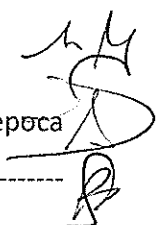


- resolução de situação de retenção de águas na Rua de S. José, no Barracão;-----
- requalificação de dois caminhos vicinais em Lagoas;-----
- **Trabalhos realizados em parceria com a Inova:**-----
- apoio na limpeza das ruas com a varredora;-----
- **Trabalhos realizados e em realização:**-----
- limpezas variadas de passeios e valetas na Fontinha, nas Lagoas e em Febres;-----
- limpezas semanais, da Praça Florindo José Frota, do cemitério (manutenção e conservação) e dos respectivos sanitários; -----
- limpeza das envolventes das Lagoas dos Coadiçais, do Pedro e das Hortas;-----
- limpeza de valas nas localidades Fontinha, Febres e Cabeços; -----
- construção de vários passeios (Pedreira, Cabeços, Febres, Chorosa, Serredade e Balsas);-----
- conclusão da colocação de sanitários na Lagoa dos Coadiçais;-----
- pintura do poço e de paredes no mercado de Febres;-----
- pequenos arranjos na Praça Florindo José Frota (substituição dos pilaretes);-----
- arranjo de aqueduto na Rua Manuel Francisco da Cruz, na Fontinha;-----
- colocação de banco no jardim da Rua Manuel Francisco da Cruz, na Fontinha;-----
- limpeza de sumidouros;-----
- limpeza e início da requalificação do parque de Merendas do Sanhal e suas imediações;-----
- remoção de árvore em caminho vicinal do Barracão, em apoio à Proteção Civil;-----
- eliminação de lixeira existente nas traseiras do Campo Conselheiro Costa Soares, Cabeços;-----
- trabalhos de jardinagem na Escola Básica de Febres;-----
- remoção de carcaças de animais, a pedido da GNR;-----
- colocação de tampas nas caixas que se encontram nos passeios das várias localidades;-----
- poda das árvores, que já se encontra quase concluída;-----
- preparação de locais específicos para a recolha de resíduos verdes;-----
- capinação de terrenos da Junta de Freguesia;-----
- pequenas reparações de canalização no mercado e jardins;-----
- **Outras Informações:**-----
- comemoração do “Dia da Freguesia”; -----
- continuação do Protocolo com o Fundo Ambiental, para apoio às famílias na aquisição da garrafa de gás; -----
- continuação do apoio do incentivo à natalidade;-----
- início do projeto de recolha de marcadores em fim de vida;-----
- cedência das instalações da Junta e apoio administrativo no Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social, por parte do Município de Cantanhede;-----

- cedência da Sala Reinaldo Branco à Divisão de Ação Social e Saúde do Município de Cantanhede para realização de atividades com os grupos seniores comunitários e ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo para a realização do Curso de Formação para Cuidadores Informais
- acolhimento de freguês na prestação de serviço de interesse público, em articulação com os serviços prisionais;-----
- realização do protocolo de cooperação no Plano Individual de Transição, com a Escola Básica Carlos de Oliveira, para acolhimento de aluno do 9.º ano, residente na Freguesia e que desde Outubro se encontra a realizar trabalho comunitário;-----
- lavra de escrituras do estacionamento do mercado;-----
- apoio à “Semana Saudável” na Escola Básica Carlos de Oliveira;-----
- apoio logístico à realização da Feira da Alimentação do JI/EB1 de Febres;-----
- colaboração no Projeto Escolas UBUNTU;-----
- colaboração com a Comissão de Finalistas da Escola Básica Carlos de Oliveira, na venda de bolos;-----
- colaboração no Magusto dinamizado na Escola Básica Carlos de Oliveira, com preparação do terreno, cedência de placas e aquisição de castanhas;-----
- aquisição de medalhas para o Dia da Ciência na Escola Básica Carlos de Oliveira;-----
- realização de rastreios cardiovasculares à população no mercado, por parte de alunos de 4.º ano do Curso de Ciências Farmacêuticas;-----
- colaboração com a Proteção Civil, na 11.ª edição do exercício “A Terra Treme”;-----
- aquisição de televisão e suporte para apoio à USF “As Gandras”;-----
- aquisição de televisão para a sala de estar do 1.º piso do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres;-----
- aluguer de autocarro para o Corta-Mato Escolar;-----
- apoio logístico de limpeza, cedência de material sonoro, tendas, verguinhas e fita de marcação de percurso para a realização do Corta-Mato Escolar na Lagoa dos Coadiçais;-----
- oferta de livros para a Biblioteca Escolar do JI/EB1 de Febres;-----
- abertura da sala que acolhe o projeto “Febres Solidária”;-----
- **Representação da Junta de Freguesia nos seguintes momentos:-----**
- Rota do Coração: Cantanhede Unida pelo Coração no Parque de São Mateus;-----
- 2.ª Edição do PHOTOfest Cantanhede;-----
- festival do negalho, em Enxofães;-----
- 3.º aniversário do Coral Terra D’Ouro - AGA;-----
- passagem de Secção dos Escuteiros pertencentes ao Agrupamento de Escutas 1192 de Febres;
- Panela de Ferro 2023 - Gira Sol;-----




- comemoração do 121.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede;-----
- Gala da Gira Sol, Secção de Atletismo, época 2022/23;-----
- magusto e atividade “Dia da Ciência” na Escola Básica Carlos de Oliveira;-----
- comemorações do Feriado Municipal de Mêda;-----
- Jantar Anual da Associação Recreativa e Cultural Rosas de Maio;-----
- Feira Gastronómica “Arroz do Baixo Mondego”, Junta de Freguesia de Ançã;-----
- VI Festival do Sarrabulho à Bairrada 2023, Junta de Freguesia de Murte;-----
- momento solene de partilha de experiências JMJ;-----
- jantar de Natal do Febres Sport Club;-----
- Festival de teatro infantil “Teatrola”, Associação Escolíadas;-----
- 5.ª Edição do Festival de Folclore AMIZADE, Cantanhede Cultural Fest;-----
- jantar do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres;-----
- celebração do Dia da Freguesia de Murte;-----
- Eucaristia e Procissão Solene em Honra da Nossa Senhora da Conceição, Lagoas;-----
- concertos de Natal: da Associação Gandareza D’Arte, AGA, das Pequenas Vozes de Febres e na Igreja Paroquial da Tocha;-----
- audição de Natal da Academia de Música de Cantanhede;-----
- Conselho Eco Escolas e hastear da Bandeira na Escola Básica Carlos de Oliveira ;-----
- projeto Escolíadas Júnior “Era uma vez uma ideia que nasce”, Mira;-----
- encontro de coros na Igreja Matriz de Cantanhede;-----
- Eucaristia e almoço de Natal no Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres;-----
- festa de Natal do Infantário Gira Sol, com oferta de livros para a biblioteca;-----
- palestra no regimento de Infantaria N.º10, em São Jacinto, Aveiro;-----
- entrega de cabazes de Natal a famílias carenciadas da Freguesia de Febres numa parceria entre a CMC e a Junta de Freguesia de Febres;-----
- **Atividades desenvolvidas no domínio do associativismo:**-----
- finalização dos trabalhos do Mural da JMJ 2023, na parede do mercado de Febres;-----
- apoio logístico: na realização das festas da Fontinha 2023; às comissões de festas da Fontinha e Cabeços 2024, na realização dos respetivos magustos; à ADRAC na realização do Festival das Artes, do Vinho e da Castanha; à realização da festa nas Lagoas e à realização da Audição de Natal da Academia de Música de cantanhede, com a cedência de 150 cadeiras para o espetáculo;-----
- apoio para a festa de natal do FSC, com a cedência de 100 sacos e 100 canetas para oferta aos atletas e a tómbola para o sorteio;-----

- 
- aquisição de medalhas para os atletas da Secção de Atletismo que se destacaram na época 2022/2023 e cedência de púlpito para a Gala;-----
 - colaboração no Peditório Nacional da Liga Portuguesa Contra o Cancro;-----
 - colaboração com a Comissão Fabriqueira da Igreja na celebração do Dia de Todos os Santos;---
 - apoio ao comércio local no Natal;-----
 - parceria com as associações e instituições no embelezamento da Praça Florindo José Frota;---
 - realização da exposição "Belonging" na Casa Carlos de Oliveira, no âmbito da 2.ª Edição do PHOTOfest Cantanhede.-----

A **Presidente da Assembleia** conduziu a reunião para o ponto seguinte da ordem de trabalhos - **Apreciação, discussão e votação da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia - Requalificação Urbana 2024**, passando a palavra ao executivo da Junta:-----

- **Paulo Pessoa, tesoureiro** informou que relativamente ao contrato interadministrativo relacionado com os valores que a Câmara cede para realização de passeios e outras obras semelhantes. Assim, no orçamento para o próximo ano, a Câmara propõe a atribuição de um montante de cerca de 42600 euros no contrato interadministrativo e ainda uma verba de 13000 euros de materiais. A verba estipulada para materiais não se encontra inserida no orçamento porque se trata da possível resposta por parte da Câmara às solicitações de material e que pode ser cedido até esse valor, não sendo o mesmo contabilizado para efeitos orçamentais. Assim, totaliza-se um total de 55600 euros. Relativamente à atribuição dos materiais serão pedidos alguns esclarecimentos, pois já no corrente ano assim foi, os materiais foram chegando para as obras mas nunca chegou à Junta qual o valor que foi efectivamente realizado pela mesma. Ou seja, eles enviam os materiais mas não informam do valor em causa, enviando até não terem mais material, mas não informam dos gastos que efetivamente foram efetuados. Neste sentido, vai ser sugerido à Câmara que informe os valores que são considerados relativamente aos materiais à medida que estes vão sendo distribuídos. Ainda sobre os valores do contrato interadministrativo, informou que logo no início do ano a Câmara transfere uma percentagem da verba, e depois, a partir daí a Junta terá de ir apresentando as faturas das obras até cobrir esse adiantamento e daí para a frente tem de se continuar no mesmo procedimento. No ano transato a Junta utilizou todo o valor atribuído pela Câmara para o contrato interadministrativo 2023. Estes valores atingem-se pelo cálculo efetuado pela Câmara para todas as freguesias, recorrendo a vários parâmetros, como a área urbana ou o número de habitantes e não difere muito do do ano transato.-----



Posto isto, não havendo intenções de intervenção a **minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia - Requalificação Urbana 2024** foi sujeita a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

A Bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto, lida por **Aldina Duarte**, e que se passa a transcrever na íntegra: *“A bancada do PSD vota a favor da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Febres para Requalificação Urbana em 2024, porque a Freguesia não pode ser prejudicada pela ineficácia ou pelos devaneios partidários da sua Presidente. De acordo com a Cláusula 25ª do Contrato, se não houver Orçamento municipal não há Contrato Interadministrativo, mas a Sr.ª Presidente da Junta, ao contrário do que aconteceu com outras juntas do PS, preferiu alinhar com a posição do partido e votar contra o Orçamento do Município na Assembleia Municipal, mesmo que isso prejudique a sua freguesia e impeça a cobertura legal e financeira para as transferências previstas neste Contrato ou retire meios à junta para definir as prioridades e fazer obras. Destaca-se ainda, que é recorrente a Sr.a Presidente justificar a falta de investimentos e obras com tudo e mais alguma coisa, queixando-se sucessivamente da Câmara, mas o que constatamos ao abrigo deste documento é que Febres é a segunda freguesia que mais verbas recebe para requalificação urbana em 2024, num total de quase 55.000€, dos quais 42.000€ em transferências e 13.000€ em materiais. Apesar de ter sido interpelada nesta Assembleia sobre essa matéria, a Junta foi rápida a arranjar desculpas, mas ainda nem sequer designou o responsável para verificar o cumprimento do Contrato, como decorre das suas obrigações previstas na Cláusula 11ª. Por tudo isto, apesar deste executivo merecer posição diferente pelo que diz e pelo que não faz, na defesa dos legítimos interesses da freguesia e da população, os eleitos do PSD votaram a favor da minuta apresentada.”-----*

Posteriormente, passou-se ao **ponto três - Apreciação, discussão e votação da minuta de acordo com a Freguesia para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes 2024**. A Presidente da Assembleia passou a palavra ao tesoureiro:-----


Paulo Pessoa, tesoureiro, referiu que, nos anos transatos o valor em causa tinha uma parte capital e outra corrente e, neste caso, a delegação de competências foi muito específica nos espaços verdes, tendo sido atribuído o valor de 26747,46 euros. Este valor calculado pelo município tendo em conta a área dos nossos espaços verdes e incluindo o número de árvores, sabendo-se que no próximo ano também se terá em linha de conta o estado de manutenção dos jardins, o que depois se terá de analisar melhor. Encontra-se também mencionado um valor de 24000 euros, o qual corresponde ao valor da DGAL, correspondendo ao valor que a referida entidade já transferia todos os anos (cerca de 2000 euros por mês). Totalizando assim, um valor de 51720 euros, embora, 24000 sejam da DGAL e o restante valor seja adstrito pela Câmara em função da área da freguesia, pelo que corresponde a um valor superior ao atribuído a outras freguesias uma vez que também aporta maiores despesas.-----

Não havendo intenções de intervenção a minuta de acordo com a Freguesia para participação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes 2024 foi sujeita a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

A Bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto, lida por Aldina Duarte, e que se passa a transcrever na íntegra: *“A bancada do PSD vota a favor a minuta do Acordo do Município de Cantanhede com a Freguesia para participação das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes - 2024, porque a Freguesia não pode ser lesada pela acumulação de erradas opções da Presidente da Junta. De acordo com a Cláusula 25ª do Contrato, se não houver Orçamento municipal não há Acordo, mas a Sr.ª Presidente da Junta resolveu acompanhar os camaradas do partido e votar contra o Orçamento municipal. Outros presidentes socialistas não o fizeram e esta posição de Febres pode prejudicar gravemente a freguesia, porque estas verbas para os espaços verdes destinam-se apenas a complementar as transferências que já são efetuadas pela Direção Geral das Autarquias Locais. Em 14 freguesias, Febres é a 2.ª que mais recebe da DGAL e a 4ª que mais recebe da Câmara, só não recebendo mais porque há diminuição das áreas verdes. Para mais, no Relatório de avaliação das manutenções feitas em 2023, Febres é uma de 4 freguesias com grandes áreas com manutenção classificada como “Má”. São 25% dos espaços verdes da freguesia que quase não têm manutenção e fica-se com a ideia que este executivo quer nivelar a freguesia por baixo, porque não há espaços verdes onde deveriam estar e, tantas vezes, aparecem onde não deviam, como nas valetas. Sobre isso não se ouviu uma palavra da Junta, que ainda nem sequer designou o responsável para verificar o cumprimento do Acordo, mais preocupada com desculpas do que em cumprir com o que lhe compete. Por tudo isto, apesar deste executivo merecer posição diferente pelo que assume e pela sua incapacidade, os eleitos do PSD votaram a favor da minuta apresentada, na defesa dos interesses da freguesia e da população.”-----*

De seguida, passou-se ao ponto quatro, **Apreciação discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Febres para o ano de 2024.** A Presidente da Assembleia passou a palavra ao tesoureiro:-----

- **Paulo Pessoa, tesoureiro,** mencionou que neste momento a Junta possui ao seu dispor duas técnicas administrativas e dois assistentes operacionais, um quadro que já se mantém há longa data. Decidiu-se este ano gerar uma nova vaga para assistente operacional, tendo em conta as necessidades que se têm vindo a sentir. Os dois operacionais existentes têm sido praticamente impossível dar seguimento aos trabalhos necessários, tendo sido necessário muitas vezes recorrer à contratação da prestação de serviços, situação esta, que não é muito bem aceite pelo tribunal de contas e portanto pretende-se existindo trabalho e possibilidades para isso, abrir a vaga para mais um assistente operacional. Sendo aprovada esta vaga,



dar-se-á seguimento aos trâmites legais para essa efetivar essa situação, começando pelo concurso público.-----

Não existindo intenções de intervenção, a Presidente da Assembleia levou a **votação o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Febres para o ano de 2024, o qual foi aprovado por unanimidade.**-----

De seguida, passou-se ao **ponto cinco - Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024.** A Presidente da Assembleia passou a palavra ao tesoureiro:-----

- **Paulo Pessoa, tesoureiro,** referiu que o orçamento tem duas partes de receita (receitas correntes e de capital). Relativamente a 2023 surge um incremento nas receitas correntes de cerca de 33000 euros, passando para um valor total de 232000 euros ao contrário dos 198000 euros do ano anterior. Em termos de receitas de capital também se verificará um aumento de 22000 euros, passando de 246000 euros para 269000 euros. No que diz respeito às despesas, dá um total de aproximadamente 501206 Euros, ou seja, um aumento de 11,5% face ao ano anterior face aos 445000 euros do ano de 2023. Em termos de despesas correntes prevê-se um valor de 229000 euros de despesa ao contrário dos 196000 euros de 2023, um aumento também de 32000 euros. Nas despesas de capital verifica-se um aumento de 23000 euros, o que perfaz o total dos 501206 euros. Em termos de receitas correntes o que se tem previsto em valores aproximados é: IMI - 7000 euros; taxas de mercados e feiras - 5000 euros (reforçando-se aqui a reposição de valores em atraso numa tarefa conjunta da junta e das suas técnicas administrativas que obteve os seus frutos); administração central, fundo de financiamento das freguesias - 67000 euros, coadjuvado pelo artigo 38 com mais 30000 euros; transferência de competências de 24900 euros; transferência para os eleitos locais - 5000 euros; acordo de execução de delegação de competências parques e jardins - 26700 euros; acordo de colaboração para eventos culturais - 7300 euros; cemitério - 8000 euros. Sendo estes os valores principais em termos de receita corrente. Nas receitas de capital o valor principal é o do Museu do Ouro e da Relojoaria - 162000 euros; uma nova verba de 33000 euros por um acordo de colaboração (apoio que a Câmara vai dando para alguns projetos que a Junta vai desenvolvendo e para os quais se deve obrigatoriamente apresentar sempre a justificação com uma série de documentação nesse âmbito, sendo que a Câmara decidirá se ajudará ou não, sendo que estes projetos não podem ultrapassar este valor. Trata-se de um valor previsto, não sendo transferido a não ser que as propostas bem fundamentadas pela Junta sejam aprovadas pela Câmara). A despesa com pessoal são 111000 euros, que corresponde a praticamente ¼ do orçamento; aquisição de bens e serviços - 85000 euros, em que se verifica um aumento, também relacionado com a inflação dos preços; apoio às

associações - 12500 euros; orçamento participativo - 2500 euros; o incentivo à Natalidade; o Prémio Conselheiro Costa Soares e outros gastos noutras rubricas menores. Nas despesas de capital temos a questão do Museu do Ouro e da Ourivesaria; para viadutos, arruamentos e obras complementares 46500 euros; parques e jardins 15000 euros; instalações desportivas e recreativas 20000 euros; viação rural 27000 euros e cemitérios 75000 euros. Ou seja, não se verifica grande variação face ao orçamento anterior, dado que também não é possível grande margem de manobra face aos valores, muito embora os ligeiros aumentos citados, vão na linha dos apresentados nos últimos anos. Vai existir um saldo de gerência, que se prevê para entre 40000 a 50000 euros, que, depois de se efetuar o relatório de contas do próximo ano, será incorporado no orçamento, na 1.ª revisão orçamental, e será distribuído por algumas rubricas, pois teremos algumas despesas avultadas por exemplo na execução dos passeios do Barracão e Serredade que certamente, ultrapassarão os 40000 euros previstos para arruamentos e que, por isso, serão reforçados nessa altura, bem como noutras obras que se estejam a executar e de acordo com as necessidades.-----

A Presidente da Assembleia, não existindo intenções de intervenção, levou a votação **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, tendo obtido 4 votos contra (PSD), uma abstenção (CH) e 4 votos a favor (PS), culminando num empate.**-----

A Bancada do PSD, apresentou uma declaração de voto, lida por **Aldina Duarte**, e que se passa a transcrever na íntegra: *“A bancada do PSD vota contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Freguesia para 2024, porque apesar de se ter dado o benefício da dúvida durante dois anos, os erros continuam a ser os mesmos e os documentos apresentados não representam uma estratégia definida, nem estão de acordo com as justificações e opções do executivo, muitas vezes nem sequer estão de acordo com a Lei. A título de exemplo, refira-se o Protocolo com o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que tem ficado aquém das expectativas e, neste momento, trata-se de um protocolo que até com uma entidade inexistente, porque o dito Hospital foi extinto pelo governo de António Costa, através do Decreto-Lei no 102/2023, de 7 de novembro, o que obriga a questionar a legalidade das verbas gastas ao abrigo de tal protocolo. Também as verbas gastas ao abrigo do Orçamento Participativo são totalmente ilegais, porque se trata de um Regulamento de eficácia externa, mas que nunca foi publicado em Diário da República, por desleixo da Junta. Por outro lado, a execução de despesa no ano seguinte ao da candidatura é possível, mas obrigaria a autorização prévia da Assembleia de Freguesia, que nunca foi pedida. Disfarçar despesa corrente para não ultrapassar os limites legais é a única justificação que se encontra para os apenas 15.000€ previstos pela Junta nos Espaços Verdes, seja porque esse valor tem sido superior (em 2022 houve até a necessidade de reforçar essa rubrica), seja porque ainda há pouco foi aprovado um acordo em que a Junta vai receber quase 52.000€ da Câmara e da DGAL, para gastar nessa matéria. Recordar-se que em caso de incumprimento, poderá*



haver lugar a devolução de verbas e outras consequências. Também a nível das associações, se constata que está completamente vazio o discurso de dedicação e apoio, de regulamentos disto e daquilo. À presente data, entre marchas, Folk e subsídios, o valor de transferências aprovadas em 2023 já ultrapassa os 14.000€. Para 2024 anuncia-se pomposamente a intenção de reforçar o apoio às associações, mas o valor orçamentado vai em sentido contrário e baixa para apenas 12.500€. Prevê-se que o Município de Cantanhede transfira, em 2024, cerca de 300.000€ para a freguesia de Febres, o que representa 54,6% do total do Orçamento. Esta verba inclui 162 mil euros para o Museu do Ourives, quase 52 mil euros para espaços verdes (entre transferência direta e via DGAL), mais de 7 mil euros para eventos culturais, 55 mil euros para obras no âmbito do Contrato interadministrativo (verbas e materiais), 33 mil euros ao abrigo de acordos previstos no Regulamento de Apoio às Freguesias e verbas não quantificadas para a beneficiação dos caminhos. Assim, as dificuldades do executivo da Junta em arranjar fontes alternativas de receita e em fazer obra, resulta única e exclusivamente da sua gestão. O peso do Município nas contas da nossa freguesia é superior ao que acontece em muitas outras freguesias, o que demonstra que o Município não deixa Febres para trás. Aliás, ainda que se retirasse a verba do Museu, as transferências do Município continuariam a ter um peso muito significativo nas contas e só não têm um peso maior porque a Sr^a Presidente aprova uns valores a nível municipal e, para o mesmo efeito, faz aprovar outros valores mais baixos no orçamento da Junta. Para se ter noção do desnorte e das mentiras desta Junta, na Assembleia Municipal foi aprovado passar para 2024 o subsídio da Câmara que ainda não foi entregue e que tem um valor superior a 216.000€, mas este executivo continua a falar em 170.000€ e a dizer que estão longe de ser suficientes para terminar o Museu. Mas o melhor é que no Orçamento não colocaram nem os 216.000€ que aprovaram no Município, nem sequer os 170.000€ que dizem ser insuficientes, constatando-se que preveem fechar a obra com apenas 162.000€, um valor que até fica abaixo do que antes tinham estimado em 2023. Perante estas verbas transferidas para a Junta, mas também em diversos investimentos diretos previstos pelo Município, é inquestionável o apoio municipal à Freguesia de Febres, mas ainda assim a Sr.^a Presidente da Junta resolveu votar contra o Orçamento Municipal. Gostaríamos de perceber como iria gerir a Junta sem o apoio do Município e sem a transferência das verbas que constam desse orçamento, assim como não podemos deixar de realçar, que quando teve de escolher entre o partido e Febres, optou por ser solidária com uma declaração de voto que pede maior investimento nas estradas da Tocha! Por tudo isto, é totalmente impossível aprovar o documento apresentado.”-----


Ana Ramos, pelo CHEGA, apresentou uma declaração de voto que se passa a transcrever na íntegra: “Venho por este meio, ao abrigo do 37.º artigo do Regimento, apresentar a sua declaração de voto. O partido CHEGA tomou esta decisão dado que a análise do orçamento depreende uma enorme dificuldade de cumprimento, tal como sucedeu no ano 2023 onde vieram a surgir verbas que se

acumularam e só daí foi possível a sua concretização. Dada a ausência de alguma margem de manobra mas continuando a dar o benefício da dúvida em que seja possível a este executivo tentar a sua execução, o voto foi de abstenção. Salienta-se ainda o facto do executivo da Junta ter tido em consideração as propostas apresentadas ao abrigo do Direito da Oposição e que o facto de ter incorporado algumas delas nas Opções do Plano para 2024, demonstra alguma capacidade de articulação com o partido CHEGA e de integração de outras ideias o que em si é muito positivo, pois beneficia o desenvolvimento da freguesia e, nesse aspeto, é de enaltecer.”-----

Face à votação ter conduzido a um empate, muito embora se tenha procedido a outra votação com o mesmo resultado, por confusão na interpretação do Regimento, tendo a Presidente da Assembleia manifestado a sua intenção de voto de qualidade, durante a reunião, decidiu a Mesa da Assembleia, por cumprimento rigoroso do estipulado em regimento, que a mesma seria tomada em consideração. Sendo assim, a **Presidente da Assembleia** apresentou que o seu **voto de qualidade, ao abrigo do artigo 40 do Regimento em vigor, seria chumbar o orçamento.**

A **Presidente da Assembleia** abriu a sessão de esclarecimentos, **ponto seis da ordem de trabalhos, Outros Assuntos de Interesse para a Freguesia**, passando a palavra aos interessados, assim:-----

- **Ana Ramos, da bancada do CHEGA**, referiu que, como todos os presentes têm conhecimento, é obrigatório por lei a publicação das atas das Assembleias, tendo acompanhado a situação continua a constatar que nenhuma das atas das Assembleias 2023 se encontram publicadas, sendo que já estamos em Dezembro. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos à Sr^a Presidente da Junta e/ou Presidente da Assembleia, acerca deste incumprimento demasiado prolongado no tempo.-----
- A **Sr^a Presidente da Junta** respondeu que tratando-se das atas das Assembleias, mencionou que não correspondem à sua responsabilidade, sendo que são feitas pelos secretários e depois da responsabilidade da Presidente da Assembleia o seu encaminhamento para publicação. Aliás, acrescenta ainda que, julga que o Regimento da Assembleia também ainda não se encontra nos serviços da Junta, devidamente assinado. -----
- A **Presidente da Assembleia** respondeu que as atas das Assembleias estão todas assinadas e foram entregues ao local próprio para o efeito, nomeadamente na Junta de Freguesia, pois não as tem na sua posse. -----
- A **Sr^a Presidente da Junta** referiu que não se encontram nos arquivos da Junta assinadas por todos, após a sua correção e aprovação. -----
- **Ana Ramos**, referiu que já passaram dois anos desta Assembleia, correspondendo a várias atas. Se, no ano de 2022 as atas se encontram publicadas é porque já se deve saber qual o procedimento para o efeito. Sendo que as únicas que não estão publicadas são as desde

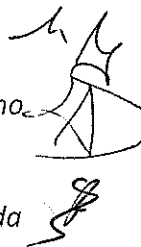


Dezembro 2022 até ao momento. Seria talvez pertinente, tal como existe um prazo de oito dias de antecedência para os secretários apresentarem as atas acrescentar ao Regimento um prazo para que as mesmas sejam publicadas no site da Junta de Freguesia. -----

- A **Presidente da Assembleia** referiu que se irá averiguar a razão das mesmas não estarem a ser publicadas e proceder à sua publicação. Em relação ao Regimento, após a verificação da última correção, foi enviado por e-mail com informação para a sua publicação. -----
- **Bruno Silva, da bancada do PSD**, leu uma declaração que se passa a transcrever na íntegra: *“A meio do mandato tem que se fazer um balanço do que foi e não foi feito na freguesia. Fica-se com uma ideia geral de que há muita representação e pouca obra e que o executivo da Junta muitas vezes parece ser só a Srª Presidente. Por muita boa vontade que tenha ou dinamismo que coloque nos seus exercícios de poder de representação não consegue chegar a todo o lado e não desprezamos a necessidade de estar ao lado das pessoas e das Associações, em que efetivamente a Junta tem sido proativa. Mas é óbvio que a Srª Presidente gasta o seu tempo em festas e eventos disto e daquilo, muitos dos quais nada dizem à freguesia e depois o que é verdadeiramente estruturante para o desenvolvimento, as obras e os processos mais importantes ficam para trás, não acontecendo, ficando para trás, estando cheios de gralhas e omissões e muitas vezes de legalidade duvidosa. À Junta compete executar e à Assembleia compete deliberar e exercer competências genéricas de fiscalização e acompanhamento. Nesse sentido, ao abrigo das competências genéricas previstas na Lei no 73/2013, de 12 de Setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e, ao abrigo do direito à informação e do direito à participação previsto na Lei no 24/98, de 26 de Maio (Estatuto do Direito de Oposição), vamos remeter à Srª Presidente um conjunto de questões, para que nos sejam respondidas por escrito. De qualquer maneira, deixamos já nesta Assembleia, algumas que consideramos importantes.*-----

1. Apesar de não ter sido eleita à primeira vez, a Srª Secretária do executivo foi a primeira escolha da Srª Presidente, na medida em que foi o primeiro nome que propôs para esse lugar. Questionamos se a Srª Presidente se sente confortável com o elevado número de faltas da Srª Secretária, com a total ausência de propostas e intervenções por parte desta última nas reuniões do executivo e, quais as ilações políticas que se devem retirar da evidente falta de confiança que cada uma deposita na outra?-----
2. A este propósito, lembramos que a Lei prevê expressamente que Sr.a Presidente apenas pode delegar os seus poderes de representação dos vogais da Junta (Tesoureiro e Secretária) e que, se por qualquer motivo, tiver de recorrer à Assembleia, deve comunicar à sua Presidente, que decidirá como fazer. Perguntamos à Srª Presidente quem lhe deu poderes para delegar a representação da Junta em deputados do seu

partido e desta Assembleia, ainda por cima em total atropelo da Lei, porque como estava presente a Sr^a Secretária, a representação da Junta caberia sempre a esta?----



3. No início de 2022, a Sr.a Presidente e o Sr. Tesoureiro decidiram cortar metade da compensação da Sr^a Secretária, quando esta esteve 15 dias no Canadá, com a justificação que não esteve presente ao serviço. A Sr^a Secretaria está em regime de não permanência, podia colaborar por meios remotos e não tem um ordenado, mas compensações de encargos. Nunca foi referido qualquer pedido de suspensão do mandato e, se fosse esse o caso, teria de existir a eleição de um substituto para o período em causa. Assim, perguntamos com que legitimidade a Sr.a Presidente tomou esta decisão de cortar metade da compensação da Sr^a Secretária e perguntamos porque não aplica a mesma regra a si própria, quando está ausente do serviço, nomeadamente quando tira férias ou quando foi vários dias ao estrangeiro numa viagem da escola? -----
4. As decisões de adjudicação e o cumprimento das regras de contratação pública obedecem a regras bem estabelecidas na legislação, estando as tramitações processuais e os aspetos a mencionar muito bem definidos. Se a Sr^a Presidente é muito rigorosa a descrever todos os eventos em que está presente e o que fez em cada um deles, verifica-se que, infelizmente, não aplica o mesmo rigor na gestão financeira da autarquia, parecendo que faz tudo como lhe apetece. Vamos solicitar que esclareça diversos processos, nomeadamente a legalidade ou fundamentação dos seguintes aspetos:-----
 - A. Tomada de decisões financeiras não agendadas, nomeadamente durante o período antes da Ordem do Dia (por exemplo, trabalhos a mais ou aquisições de produtos ou serviços);-----
 - B. Aprovação de programas em que apenas são referidas as virtudes, mas não se referem nem aprovam os custos associados (exemplo: EcoFreguesias);-----
 - C. Total falta de rigor na designação das empresas adjudicatárias, chegando a mesma empresa a aparecer com vários nomes diferentes (exemplo: dificuldade em perceber a diferença entre “Calcário J. F. Oliveira, Lda”, “Sr. Jorge Humberto” e “Jorge Humberto, Lda”, que parece ser a mesma coisa);-----
 - D. Várias adjudicações adquirem a designação de empreitada, mas estranhamente os respetivos cadernos de encargos nunca foram aprovados pela Junta (exemplos: a requalificação do estaleiro e execuções de passeios, entre outras);-----

- E. *Aparente incumprimento dos limites individuais de contratação pública em diversos processos, alguns com tentativas grosseiras de partir as obras para disfarçar (exemplo: decide-se adquirir um módulo de sanitários e é tudo adquirido à mesma empresa, mas faz-se uma adjudicação para o contentor, outra para o transporte e outra para a louça sanitária);-----*
 - F. *Aparente incumprimento dos limites acumulados de contratação pública em diversos outros processos, que ultrapassam os 5.000€ no acumulado de três anos (várias empresas prestadoras de serviços) e, como tal, não podem ter ajustes diretos simplificados;-----*
 - G. *Dezenas de adjudicações em que falta a descrição dos produtos, o nome das empresas consultadas ou da empresa a quem foi adjudicado o fornecimento, os preços orçamentados ou o valor da aquisição, muitas vezes faltando vários destes dados;-----*
 - H. *Celebração de contratos plurianuais, sem a prévia autorização da Assembleia de Freguesia;-----*
 - I. *Autorização de despesas de legalidade muito duvidosa (exemplo, atribuição de um donativo à Freguesia de Cordinhã);-----*
5. *Relativamente ao projeto do antigo campo de futebol, levanta tantas questões, que vamos apenas resumi-las:-----*
- A. *Quando se o Sr Tesoureiro disse que foi “solicitado um estudo a um arquiteto”, tem de clarificar se está a falar de uma adjudicação (nesse caso tem de referir a quem e por quanto) ou se foi uma doação (e nesse caso tinha de ser aprovada pela Assembleia)?-----*
 - B. *Qual o rigor da informação da Junta, quando na reunião do executivo apenas se fala de um Campo Multiusos e Skate Park, depois numa reunião com a Câmara já aparecem três blocos de apartamentos e zonas de lazer e, mais tarde, os blocos de apartamentos passam a edifícios de habitação e comércio?-----*
 - C. *Sabendo-se que o projeto está inconforme com o PDM, de quem é a responsabilidade, das indicações dadas pela Junta ou do arquiteto? E se for necessário introduzir alterações significativas, quem assumirá esses custos? d) Não terá sido “pôr a carroça à frente dos bois” fazer o projeto antes de ter garantias dessa alteração e porque demorou a Junta quase meio ano a pedir essa revisão?-----*
6. *Falámos aqui na última Assembleia que o Regulamento de Subsídios era só para fazer de conta e a Sr.a Presidente ficou muito irritada com as observações e disse que era um*

documento muito importante e exigido por Lei. Mas, de encontro às questões levantadas pelos eleitos do PSD, verifica-se que a Sr.a Presidente vai a actividades que diz que foram apoiadas pela Junta, mas não se encontra a atribuição desses apoios. E na atribuição de subsídios de 2023 não é enunciado um único critério qualitativo ou quantitativo, resultando os valores apurados, única e exclusivamente do critério discricionário do executivo. Mas questionamos também, se o documento era tão bom e tão importante, porque razão está em risco para 2024, dado que já passaram três meses da sua aprovação, nos quais a Junta andou a fazer operações de charme junto das associações, mas ainda não o publicou em Diário da República para entrar em vigor?-----

7. Também nesta Assembleia, a deputada Ana Ramos questionou, em Fevereiro de 2022, porque não tinha ainda sido nomeado um responsável pela verificação do cumprimento dos protocolos com a Câmara e a Srª Presidente respondeu que isso apenas estava pendente da deliberação da Assembleia. A Assembleia já fez a parte há dois anos, mas porque continua a Sr.a Presidente sem fazer o que lhe compete numa matéria tão importante e sem nomear esse responsável?-----
8. A propósito da Câmara, a Srª Presidente e o Sr. Tesoureiro têm arranjado sucessivas desculpas para os atrasos na construção do Museu do Colecionismo e na última sessão desta Assembleia passaram a ideia que a Câmara ou alguém da Câmara estaria a ser uma força de bloqueio porque normalmente facultam os “serviços para dar todo o apoio necessário nos projetos de candidatura e de concurso público, o que não aconteceu nesta situação”. Perguntamos à Srª Presidente se foi só nesta situação ou se a Câmara comunicou a todas as Juntas, em várias reuniões, que não tinha meios para fazer os procedimentos de contratação pública das 14 juntas? E perguntamos porque há várias juntas (algumas bem mais pequenas que Febres) que avançaram com esses processos e estão a fazer obra, enquanto o executivo de Febres parece incapaz de gerir os normais processos da Junta e executar obras?-----

Bruno Silva, acrescentou que irá encaminhar as questões aqui apresentadas por email, para que possam ser respondidas pela Srª Presidente da Junta por escrito.-----

A **Presidente da Assembleia** questionou a **Srª Presidente da Junta** se, sendo esta última intervenção contemplada com inúmeras questões, pretende responder a estas questões por escrito, dado que ela própria também deseja essa resposta por escrito.-----

A Srª Presidente respondeu que responderá então posteriormente por escrito, conforme o solicitado.-----

A Presidente da Assembleia dirigiu-se ao público, dando abertura às intenções de intervenção, assim:-----

- **Emanuel**, referiu que a sua intervenção tem por base três aspectos: um agradecimento que pretende fazer à Sr^a Presidente da Junta, pela presença no último capítulo das JMJ; enquanto parte do associativismo jovem referiu que seria normal que, quando se toma posse de um órgão se esteja ou ponha a par dos regimentos/regulamentos e tudo o que diga respeito à função em causa e verificou que, já por várias vezes, nas Assembleias, são notórias as lacunas que se verificam durante as mesmas e lamenta que as Assembleias muitas vezes resumam um constante confronto de acusações em vez de, tal como muitos dos membros de assembleia dizem, avançar com a freguesia, pelo menos a visão de quem está no público e de que é só um jogo.-----
- A **Sr^a Presidente da Junta de Freguesia** agradeceu ao Emanuel as suas 3 considerações. Em relação ao agradecimento referiu que o fez de bom grado e a custo zero, sendo que, o único custo que teve foi humano e ficou de coração cheio por tudo o que fez e mais faria se tivesse sido necessário. Relativamente às outras duas referências claramente tem a ver com o decorrer dos trabalhos desta Assembleia, pelo que só tem a agradecer, dado que é uma pessoa jovem e realmente consegue perceber bem que há coisas que são ditas que nunca deveriam ser. No entanto, tendo sido ditas, estarão escritas e logo disponíveis para todos os que o quiserem e conseguirem ler. Assim sendo, agradeceu a sua intervenção.-----
- A **Presidente da Assembleia**, agradeceu a intervenção do Emanuel, parabenizando-o pelo seu papel nas JMJ, que foi um evento que mereceu destaque e correu muito bem, estando todos os que se envolveram nesta iniciativa de parabéns. Quanto às outras observações referiu que a política é mesmo assim, tem este jogo de ping pong, porque nem toda a gente está de acordo com aquilo que é feito, seja de que lado for. Vão existir sempre diferenças e pontos em que se irá discordar, mas é assim que se faz política, discordando, reparando e salientando as diferenças. O que não está correto corrigisse, o que parece certo para uns não o parece para outros e vai existir sempre este jogo. Mas pode ter a certeza, o interesse é o mesmo, que a freguesia funcione da melhor forma. Faz-se salientar o que se acha não estar correto, mas isso será sempre assim, seja qual for a cor política que esteja à frente. É assim desde que eu conheço esta freguesia e já está envolvida nestes meandros há bastantes anos. Já estive num lado e no outro, agora, estando nesta posição, pode garantir que, desde sempre, fosse qual fosse a oposição que ocupasse, sempre existiram estes jogos de ping pong. E vão sempre irão existir, desde que existam pessoas que pensem diferente e que tenham diferentes opiniões, pois se todos disséssemos Ámen a tudo aquilo que viesse acima da mesa, estaríamos muito mal, porque então, estaríamos todos de olhos fechados àquilo que se acha não estar correto.

